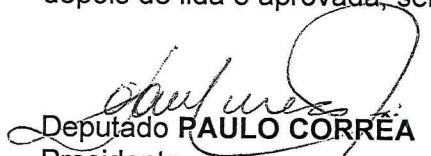
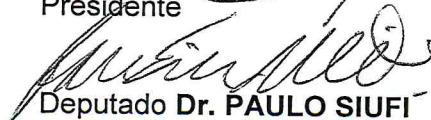



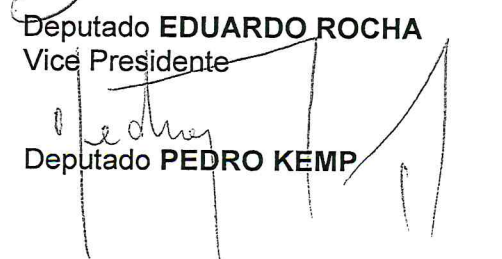


**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS IRREGULARIDADES FISCAIS E
TRIBUTÁRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

ATA Nº 12/2017

Aos treze dias do mês de setembro do ano dois mil e dezessete, às quinze horas e quarenta e cinco minutos no Plenarinho Deputado Nelito Camara da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul reuniram-se, sob a presidência do primeiro, os membros titulares desta CPI-IFT Deputados PAULO CORREA do Bloco Parlamentar I, EDUARDO ROCHA e Dr. PAULO SIUFI do Bloco Parlamentar II e PEDRO KEMP do PT, verificando-se a ausência justificada do Deputado FLAVIO KAYATT do Bloco Parlamentar I. Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente Deputado PAULO CORREA, após saudar a todos, solicitou ao Deputado PEDRO KEMP que fizesse a leitura da Ata Nº 11 da reunião realizada dia trinta de agosto passado, a qual foi aprovada sem restrição. Com relação aos expedientes, o Senhor Presidente Deputado PAULO CORREA comunicou que nesse período não houve expedição, e foram recebidos: da FERREIRA & ALVES ADVOCACIA dois comunicados do não cumprimento no que tange ao TARE n. 1103/16 nos municípios de Anastácio, Naviraí e Nova Andradina e o Ofício Nº 485/GTLJ/PGR de 30.08.2017 comunicando o envio do nosso OF. CPI-IFT nº 030/2017 à Procuradoria da República no Distrito Federal, tendo em vista que o Acordo de Leniência firmado entre a J&F INVESTIMENTOS S.A. e o Ministério Público Federal foi celebrado por aquela unidade. Aberto o espaço para apresentação de requerimentos, o Deputado Dr. PAULO SIUFI apresentou dois, sendo o primeiro para “determinar explicação pessoal do Secretário de Fazenda Sr. Marcio Monteiro acerca do não cumprimento total dos termos de acordo da concessão dos incentivos fiscais contidos no TARE n. 1103/2016, firmado em 13 de janeiro de 2016”, com a ressalva do Deputado EDUARDO ROCHA de que a Comissão deverá aguardar a volta do Relator Deputado FLAVIO KAYATT pois ficou acordado que as decisões seriam tomadas pelo consenso dos membros, ficando assim aprovado; e o segundo, “que seja determinado ao Grupo J&F INVESTIMENTOS S.A., holding controladora das demais empresas do grupo empresarial (incluindo empresa JBS), a devolução IMEDIATA da quantia de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) para os cofres do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul”. Este ficou sobrestado. O Deputado PEDRO KEMP apresentou um, requerendo “a expedição de uma recomendação dos membros desta CPI endereçada ao Governador do Estado, para no uso de suas atribuições, adotar providências no sentido de regulamentar a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, conhecida como LEI ANTICORRUPÇÃO e que dispõe sobre a responsabilização objetiva, administrativa e civil de Pessoas Jurídicas”, que foi aprovado por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e mandado lavrar esta Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.


Deputado **PAULO CORREA**
Presidente

Deputado **Dr. PAULO SIUFI**


Deputado **EDUARDO ROCHA**
Vice Presidente

Deputado **PEDRO KEMP**